

**Jornadas sobre:*****“Ordenamento e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade”*****Educação e desenvolvimento:***Processos metodológicos de projectos locais em Nisa*

Amândio José Valente \*

## **Resumo**

O (des) ordenamento da grande parte do território português resulta de opções de política pública que tendem a criar zonas periféricas, a afastar as pessoas dos processos de desenvolvimento, a desqualificar práticas ancestrais e a definir intervenções externas com base em critérios quantitativos.

Tem prevalecido um paradigma que defende o primado do quantitativo sobre o qualitativo, com um campo de intervenção de âmbito nacional e de forma homogénea, que privilegia o individual e o seu mérito, sobre o colectivo, ou contextos colectivos. As populações são objecto e destinatárias de intervenções externas, na sua maioria segmentadas. Estas são pensadas em dois tempos distintos: o tempo da estratégia e o tempo da acção. Como consequência as pessoas não encontram espaço de participação.

Associada a este modelo de crescimento encontra-se a escola onde prevalecem: a vertente do ensino, a uniformidade curricular, os indicadores quantitativos (taxas de escolarização, taxas de sucesso, etc), a competição em detrimento da entreajuda. A regulação do sistema educativo é centralizada e hierarquizada.

Por outro lado, existem correntes que defendem um modelo de desenvolvimento territorial onde as populações podem: ser sujeitos e agentes em processos de animação comunitária, participarem em projectos integrados e multidimensionais, onde a intervenção é pensada de forma global, centrada nas necessidades reais dos vários territórios. Promovem-se processos de desenvolvimento onde tendem a prevalecer contextos colectivos informais ou formais.

Neste contexto, existe espaço para emergirem contextos de aprendizagem entre pares, contextualizadas no meio sócio-cultural dos alunos. Privilegiam-se contextos educativos onde professores e alunos são potenciais produtores de saberes.

Na escola cultiva-se a diversidade e promove-se a participação, nomeadamente das famílias e da comunidade. A educação prevalece sobre a vertente ensino.

Na defesa deste paradigma, chamado “territorialista”, muitos autores referem que os processos de animação comunitária e desenvolvimento local são eminentemente educativos e de formação entre pares, muitas vezes em situações informais.

É, portanto, numa problemática complexa que se devem abordar potenciais contextos educativos na região e, particularmente, em Nisa.

Durante a década de noventa foram desenvolvidos no concelho de Nisa alguns projectos sócio-educativos, acompanhados pelo ICE e pela ESEP, no âmbito do Projecto das Escolas Rurais, em que se experimentaram dinâmicas que envolveram a escola em processos de desenvolvimento local e propuseram uma perspectiva global da acção educativa: um trabalho sócio-educativo; um trabalho pedagógico, uma perspectiva de animação, desenvolvimento local e apelo à participação das comunidades locais.

Estes projectos evidenciaram contributos importantes na reconstrução de identidades locais, na produção e recriação de sociabilidades, na abordagem a problemas locais e na requalificação de serviços. Registaram-se momentos de trabalho colectivo, de envolvimento progressivo dos actores, de grupos e instituições, criando malhas que constituíram uma rede de escolas, de comunidades, de professores e alunos, através da criação de espaços de troca de experiências e promovendo-se a horizontalidade das relações; um exercício atento de mediação entre participantes.

Nos últimos anos, em quatro concelhos desta região, desenvolveu-se um projecto que se estruturou em actividades para o desenvolvimento de um conjunto de processos metodológicos que visaram potencializar recursos locais, valorizar as pessoas e as organizações.

Foram eixos estruturantes da intervenção: a intergeracionalidade, a valorização do património cultural e ambiental, a criação e sustentabilidade de uma rede de territórios, a participação em processos de animação de pessoas normalmente destes afastados, o desenvolvimento de projectos locais enquadrados em actividades previamente definidas, a criação de um dispositivo de acompanhamento e mediação do trabalho.

Das actividades referidas esta comunicação fará uma breve alusão a duas: Dinamização de espaços museológicos e de centros de interpretação do património, através da experiência em torno da Casa Museu de Alpalhão, e Criação de Roteiros de Artesão(ãs), através da experiência de Nisa.

Este projecto deu origem a dois produtos: “Prometrur: um conjunto de processos metodológicos para o desenvolvimento em meio rural” e “Mediar para desenvolver” uma prática que evidencia a criação e funcionamento de um dispositivo de formação – acção para o acompanhamento de projectos sócio-educativos.

Em termos conclusivos, uma intervenção com doze anos, o que aponta para uma temporalidade na acção, avançou contributos significativos tendo em conta que:

Trata-se de uma intervenção sobre os problemas do mundo rural que sem escamotear dificuldades aposta nas potencialidades e nas valias de espaços funcionais que se diferenciam como é o caso das comunidades rurais.

A participação da escola no desenvolvimento pode constituir um significativo contributo para inflectir a periferização dos espaços rurais e das escolas neste contexto, porque assumem estratégias e funções educativas

Podem existir alternativas à administração centralizada, e hierarquizada do Estado. Que o Estado não seja apenas avaliador e de controlo, mas regulador. Se procure uma unidade no sistema mas sem uniformizar e homogeneizar. Que haja espaço para projectos autónomos, territorializados, que promovam e recriem processos que aprofundem a cidadania.

Nisa, 2009, Maio, 16

\* Professor

ICE – Instituto das Comunidades Educativas

Escola Superior de Educação de Portalegre